

RASTROS DA DESCONSTRUÇÃO NO PENSAMENTO DE SILVIANO SANTIAGO

Rodrigo do Amaral Ferreira (UERJ)
rodrigo895@gmail.com

O jabuti que só possuía uma casca branca e mole deixou-se morder pela onça que o atacava. Morder tão fundo que a onça ficou pregada no jabuti e acabou por morrer. Do crânio da onça o jabuti fez seu escudo. (Antonio Callado)

Antes de mais nada, tarefas negativas. É preciso se libertar de todo um jogo de noções que estão ligadas ao postulado de continuidade. [...] Como a noção de influência, que dá um suporte – antes mágico que substancial – aos fatos de transmissão e de comunicação. (Michel Foucault)

Em sua obra *Uma Literatura nos Trópicos*, Silviano Santiago se propõe a discutir as relações culturais, de modo geral, e as literárias, de modo específico, ou seja, entre as matrizes culturais e a América Latina. Justificando o subtítulo da coletânea – Ensaios sobre Dependência Cultural –, faz no ensaio de abertura uma releitura questionadora da colonização europeia, buscando evidenciar suas conseqüências na tradição do pensar nos trópicos. Dessa forma, o autor opera um corte vertical no que sempre foi lido e interpretado de modo horizontal: a produção cultural latino-americana como contigüidade natural da europeia, uma vez que teríamos a mesma origem comum. Já na nota prévia o autor nos avisa que os ensaios configuram diversas abordagens sobre os textos artísticos, ao longo do tempo em que foram escritos, cujo objetivo foi o de “[...] colocar com precisão certos problemas levantados pelo texto e de resolvê-los com precaução metodológica e perspectiva histórica.” (SANTIAGO, 2000, p. 7). Percebendo que publica seu livro – a primeira edição é de 1978 – em uma época de relativismo teórico, na qual as correntes críticas mutilam as metodologias de abordagem do texto literário umas das outras, o crítico tem o cuidado de fazer um reconhecimento do terreno que pretende adentrar, o que não significa que seu objetivo seja estabelecer uma interpretação totalizante dos temas que intenta abordar. Assim, afinça o intérprete como intermediário entre o texto e o leitor, situando-os na época em questão:

O intérprete perdeu hoje a segurança no julgamento, segurança que era o apanágio das gerações anteriores. Sabe ele que seu trabalho – dentro das circunstâncias atuais, quando não se pode mais desvincular o julgamento de qualidade da opção ideológica feita pelo leitor – é o de saber colocar as ideias no devido lugar. E estando elas no lugar, deve saber discuti-las, abrindo o leque de suas possibilidades para o leitor. (SANTIAGO, 2000, p. 7).

Em 2004, vinte e seis anos após *Uma Literatura nos Trópicos*, Santiago lança nova coletânea de ensaios chamada *O Cosmopolitismo do Pobre*, forma final de suas publicações ao longo da década de 90 e início dos anos 2000 em periódicos, revistas especializadas e mesmo palestras. Aqui tem por objetivo discutir políticas de identidade, efeitos da globalização no processo de configuração da literatura brasileira moderna, suas relações com outras artes, seus veículos, a relação escritor-leitor, tendo como pano de fundo a tensão entre localismo e cosmopolitismo.

Para o recorte deste trabalho foram selecionados os ensaios que abrem as coletâneas citadas: *O Entre-lugar do Discurso Latino-Americano* e *Atração do Mundo*, respectivamente. O objetivo consiste em delinear a continuidade de um projeto temático que surge no ensaio de 78 e mantém a sua pertinência, já que o autor o retoma, ainda que com outro foco, para demonstrar a manutenção de certas formas de pensar a identidade da literatura brasileira. Se no *Entre-lugar* Santiago adota a perspectiva histórica para reinterpretar a colonização por outra via que não a nacionalista ou a progressista, em *Atração do Mundo* retira exemplos da ficção brasileira e da produção teórica acerca da literatura em que versões de nacionalismos e progressismos aparecem. Além disso, busca-se perceber a importância do pensamento de Jacques Derrida, o pensamento da diferença, como arcabouço teórico do projeto de Silvano, ou seja, perceber como os escritos do filósofo da desconstrução francesa auxiliam na constituição de uma estratégia para tratar dos temas em questão.

As epígrafes escolhidas para abrir este trabalho são, propositadamente, as mesmas que abrem *O Entre-lugar do Discurso Latino-Americano*. Uma literária e outra teórica, elas antecipam o teor do texto de Santiago, bem como a estratégia que utilizará para desenvolver seu tema: a dependência cultural. Por essa perspectiva, o confronto do jabuti com a onça pode ser interpretado como alegoria da relação entre América Latina e Europa, quando da colonização. O resultado inesperado, o surgimento de um novo ser com características de ambos, introduz de antemão, ainda que metaforicamente, o conceito-chave de entre-lugar. Às tarefas negativas de que fala Foucault corresponde à operação de corte vertical, conforme mencionado anteriormente, na ideia de continuidade histórica,

que resultaria em considerar a literatura brasileira como uma extensão da portuguesa de modo estrito e da europeia de modo geral. Por meio da progressão histórica linear, a identidade da literatura nacional só poderia ser aferida a partir da noção de influência: o quanto dos modelos discursivos postos em circulação pelas matrizes culturais, mediante as obras influentes, há nas obras literárias daqui, por sua vez influenciadas. A escolha por Foucault não é gratuita e evidencia a consonância do pensamento de Santiago com os postulados da desconstrução francesa. Na citação, o conceito de história implicado refere-se à noção metafísica de história, definida no *Glossário de Derrida*, supervisionado pelo ensaísta à época em que lecionava na pós-graduação da PUC do Rio:

O conceito metafísico de história, tomado como "história do sentido produzindo-se, desenvolvendo-se, realizando-se linearmente", encontra-se relacionado a todo um sistema de implicações escatológicas, teleológicas e a um determinado conceito de continuidade e de verdade pertencentes ao sistema filosófico que se busca desconstruir. (SANTIAGO, 1976, p. 48).

Não se trata aqui da desconstrução de um sistema filosófico, mas é possível perceber essa designação de história subjacente à interpretação das relações culturais entre centro e periferia, reguladas pela noção de influência. Tanto mais a periferia receba a influência do centro unificador e se aproxime dele, maior será o seu progresso histórico-cultural, ratificando a implicação teleológica de que fala a citação. Santiago começa o ensaio *Entre-lugar* referindo uma passagem do livro *Ensaaios*, de Michel Montaigne, em que este faz uma citação de um episódio da história grega: a chegada do rei grego Pirro à Itália para combater os bárbaros. De antemão é preciso ressaltar que o enfoque numa citação em um texto, em uma nota de rodapé apresentada ou em um aspecto considerado menos relevante para a apreensão de seu assunto constitui uma das estratégias de leitura de Derrida. Ler pelas bordas do texto, suas margens, suas notas é facilitar o movimento suplementar que de certa forma obstrui a leitura baseada em oposições fundamentais, nesse caso, o dentro/fora do texto. Santiago nos diz no *Glossário* que a lógica do movimento suplementar busca evitar a leitura pautada por esses dualismos, favorecendo a disseminação de significados por meio das partes menos valorizadas do texto, potencializando sua dinâmica polissêmica e intertextual (SANTIAGO, 1976). Assim, após citar a referida passagem, Santiago ressalta o espanto do rei grego ao perceber a organização do exército inimigo, subestimado em razão de preconceitos anteriores ao conflito. Mostra que a citação serve a Montaigne para introduzir a questão dos antropófagos na América do Sul, provocando o leitor a se despojar de seus próprios preconcei-

tos antes de ter contato com o tema delicado em questão. Por sua vez, Santiago se utiliza da passagem para introduzir o que pretende discutir.

Inicialmente, cita as contribuições da Etnologia, braço da Antropologia que estuda, compara e interpreta as culturas a partir de suas características, composição étnica etc. É à etnologia – tradução disciplinar da consciência ferida da Europa –, especialmente o trabalho desenvolvido por Lévi-Strauss, que Santiago atribui, citando Derrida, a responsabilidade por deslocar a cultura europeia como centro regulador do mundo, operando, portanto, um descentramento. Nesse sentido, o trabalho dos etnólogos de mapear o uso das palavras “animal” e “escravo” em escritos dos primeiros colonizadores torna-se fundamental para desmistificar o interesse da colonização em obter trocas culturais e pôr em relevo o caráter dominador que orientou tal atividade (SANTIAGO, 2000). Para citar um exemplo, ele utiliza a carta de Pero Vaz de Caminha, considerada um registro da literatura informativa brasileira, em que é possível resgatar no próprio texto a voz do índio dominado. Resistentes à instituição do deus cristão por meio da palavra, os indígenas apenas representavam, imitando os gestos dos missionários durante as missas. Tornava-se, então, necessário “Colocar junto não só a representação religiosa como a língua europeia: tal foi o trabalho a que se dedicaram os jesuítas e os conquistadores a partir da segunda metade do século XVI no Brasil.” (SANTIAGO, 2000, p. 13). Os povos selvagens deveriam passar da ordem da natureza para a ordem da cultura mediante a conversão religiosa e o aprendizado linguístico. Essa lógica de dominação visa a empreender o princípio da unidade, em que as civilizações colonizadas são inscritas no contexto da história ocidental por duplicação, mediante o apagamento da suas origens. Assim, a Europa,

... à medida que avança, apropria o espaço sociocultural do Novo Mundo e o inscreve, pela conversão, no contexto da civilização ocidental, atribuindo-lhe ainda o estatuto familiar e social do primogênito. A América transforma-se em *cópia*, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontrara na cópia do modelo original, mas em sua *origem*, apagada completamente pelos conquistadores. Pelo extermínio constante dos traços originais, pelo esquecimento da origem, o fenômeno da duplicação se estabelece como a única regra válida de civilização (SANTIAGO, 2000, p. 14).

A noção de simulacro de que fala a passagem citada corresponde à lógica do complemento. Simulacro e complemento são dois conceitos que aparecem na teoria de Derrida. O complemento está diretamente relacionado à análise que se faz de determinado objeto, buscando preencher uma lacuna que se forma: o objeto analisado é decomposto para en-

tão ser reestruturado numa outra ordem paradigmática, cujo objetivo é fazer aparecer o seu significado subjacente. Reorganiza-se a ordem primitiva do objeto numa outra que, supostamente, o explicaria melhor (SANTIAGO, 1976). Ainda que não faça parte do recorte deste trabalho, o último ensaio d' *Uma Literatura nos Trópicos* apresenta uma definição do processo analítico que pode facilitar a compreensão da noção de simulacro. Em *Análise e Interpretação*, tal processo é caracterizado da seguinte forma:

A análise é, antes de mais nada, um exercício de superposições de lógicas diferentes – diferentes, entendamos antes o termo: falando a *mesma coisa*, em níveis diferentes. As figuras representativas de uma determinada forma de organização existentes *casualmente* no objeto de estudo devem suceder figuras de uma lógica *formal* capaz de englobar, em seu raciocínio, essa organização casual e de ajuntar ao objeto um simulacro (complemento, superposição, portanto) de nova ordem, que explicita melhor que a primitiva organização o verdadeiro e profundo significado do objeto (SANTIAGO, 2000, p. 201).

Nesse sentido, o Novo Mundo se configura como o palco onde são representados os valores europeus. A colonização resulta, porém, na constituição de uma sociedade mestiça, que põe em suspenso a noção de unidade – resultado da suposta origem comum para dominador e dominado –, uma vez que os valores europeus, principalmente os códigos linguístico e religioso, sofrem contaminações progressivas por parte da cultura dos povos colonizados: o jabuti que faz do crânio da onça o seu escudo. Santiago percebe nessa contaminação, que resulta na mestiçagem, a possibilidade de estabelecer, no cenário ocidental, a diferença da cultura latino-americana (SANTIAGO, 2000). Feita a sua releitura desse período histórico, passa então a tratar especificamente das questões acerca da produção literária, bem como dos discursos críticos acerca dela. Não deixa de notar, entretanto, que a crítica literária, até a época da publicação do ensaio, é marcada pelo eurocentrismo e sua reformulação no neocolonialismo, cujo reflexo é no campo literário o estudo de fontes e influências. Ele, então, se posiciona contra tal método que “[...] reduz a criação dos artistas latino-americanos à condição de obra parasita, uma obra que se nutre de uma outra sem nunca lhe acrescentar algo de próprio [...]” (SANTIAGO, 2000, p. 18). Reconhece que o espaço disciplinar da literatura comparada é o ideal para discutir as relações entre a literatura latino-americana e a europeia, por exemplo, mas se posiciona contra o método da investigação de fontes e influências que possui afinidades com o discurso neocolonial totalizante, uma vez que por essa via a única possibilidade de o artista latino-americano inscrever sua obra no horizonte da cultura ocidental é aproximar-se o mais possível do centro regulador que é o

modelo europeu. É a partir da perspectiva antropófaga de Oswald de Andrade que o crítico vai buscar estabelecer o entrelugar da literatura latino-americana.

Depois de citar um ensaio de Roland Barthes de sua fase pós-estruturalista, *S/Z*, em que faz uma leitura do conto *Sarrasine*, de Balzac, Santiago utiliza a distinção que o escritor francês estabelece entre textos *legíveis* e textos *escrevíveis*. A primeira categoria corresponde àqueles textos que são lidos, mas não são reescritos, ou seja, não oferecem um modelo que incite o leitor-escritor a reescrevê-lo de forma suplementar. Já os textos *escrevíveis* apresentam a esse leitor-escritor um modelo produtor que o compele a sair da posição de consumidor e passar a de produtor de textos: a obra é lida, seu modelo é assimilado e o leitor passa a categoria de autor, após meditação sobre a obra que lhe serve de referência (SANTIAGO, 2000). A partir dos conceitos barthesianos, Santiago desenvolve as categorias comparativas de textos *invisíveis* e textos *visíveis*. Os primeiros são os textos que preservam o modelo que lhe serve de inspiração, ou seja, são as semelhanças que se podem perceber na obra segunda em relação à primeira. Por sua vez, os textos *visíveis* são os que estabelecem uma diferença em relação ao modelo, surpreendendo-o em sua imanência – entendida como a existência no próprio sujeito ou objeto de seus fins. Procede-se, desse modo, uma transgressão ao modelo, acrescentando-lhe uma camada suplementar, que põe em suspenso o seu fechamento: “O artista latino-americano aceita a prisão como forma de comportamento, a transgressão como forma de expressão.” (SANTIAGO, 2000, p. 25). Aqui, o ensaísta fala em prisão como forma de comportamento aludindo à noção de Robert Desnos, “formas prisões”, citada no ensaio, que, na perspectiva comparada, regula a criação do leitor-escritor latino-americano. Como exemplo literário, Santiago cita *Pierre Menard, autor del Quijote*, conto de Jorge Luis Borges no qual o personagem-título desejava (re)escrever o Dom Quixote sem nada alterar em relação ao modelo, demonstrando “[...] a recusa do ‘espontâneo’, e a aceitação da escritura como um dever lúcido e consciente [...]” (SANTIAGO, 2000, p. 24).

O subtítulo de “*Atração do Mundo: políticas de globalização e identidade na moderna cultura brasileira*” introduz o principal objetivo do ensaio: explicar como as obras selecionadas, literárias e críticas, estabelecem um paradigma de identidade que se alterou ao longo do século XX – o ensaio é a forma final de uma palestra proferida pelo autor na universidade da Califórnia em 1995. A primeira obra selecionada é *Minha*

Formação, de Joaquim Nabuco, livro de memórias, publicado em 1900. O caminho percorrido pelo ensaio visa a mostrar que a concepção de Nabuco sobre a identidade da literatura brasileira seria revista pela geração modernista de 1920 e, em seguida, pela geração de 30. Por fim, objetiva apresentar os desafios da produção literária e da teoria na contemporaneidade. Nabuco define a cultura brasileira como resultado das tendências universais mais as tendências particularistas (SANTIAGO, 2004). Aparece como um indivíduo cosmopolita, espectador da peça que se desenrola no palco da modernidade ocidental, ou seja, na Europa. Sua escrita, como nos mostra Santiago, apresenta o conflito do intelectual da elite: observar e participar da construção da nação recém independente ou lançar-se ao mundo para conhecer na “origem” as tendências definidoras dos paradigmas culturais de todo o mundo: “A dupla incapacidade para viver a política nacional e dela participar ativamente é decisão do indivíduo: por um lado, é consequência de julgamento sobre a situação local, por outro, decorrência da curiosidade intelectual pelas coisas do mundo” (SANTIAGO, 2004, p. 13).

A tensão entre cosmopolitismo e localismo é uma constante no texto do escritor diplomata, que deseja, por um instinto de nacionalidade, que sua pátria avance rumo ao desenvolvimento, mas a constatação do atraso o impele a dirigir seu olhar para os grandes problemas da modernidade – as questões universais – em detrimento das coisas locais. Assim, faz uma distinção entre Política com P maiúsculo, relacionada à História da Europa, e política simplesmente, relacionada à história de seu país (SANTIAGO, 2004). O projeto de constituição da identidade da cultura brasileira de Nabuco se opõe ao de José de Alencar, considerado por aquele como anacrônico, uma vez que em lugar do progresso histórico que deveria seguir o Brasil, de modo a aproximar-se do grande centro europeu, Alencar preferiu buscar uma nacionalidade que enaltescesse e ao mesmo tempo diferenciasse o Brasil. Suas obras reescrevem a “origem” do Brasil de modo inverso: *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, publicados nessa ordem, tratam, respectivamente, da luta dos indígenas contra o branco invasor; o primeiro contato entre branco e índio; o retrato de uma época anterior à chegada dos portugueses (SANTIAGO, 2004). O símbolo nacional determinado por Alencar não pode, entretanto, resolver o problema da nacionalidade:

A identidade histórica de jovens nações, como as americanas, não se encontra ali onde esperam encontrá-las os nativistas, isto é, os políticos com p minúsculo. Ela está fora do tempo histórico nacional e fora do espaço pátrio:

por isso é lacunar e eurocêntrica. Em resumo, o seu lugar é “ausência”, determinada por um movimento de tropismo (SANTIAGO, 2004, p. 15).

O movimento de tropismo é estimulado pela força unificadora do centro europeu, fazendo com que a História que lá se desenrola seja vivida como estória pela América Latina. Ao escolher a obra de Nabuco, Santiago objetiva mostrar que a inquietação do escritor quanto à identidade da literatura brasileira é, na verdade, algo como um espírito de época. Ele percebe esta tensão entre localismo e cosmopolitismo mesmo em Machado de Assis, mais especificamente em seu ensaio *Instinto de nacionalidade*, de 1872, como que antecipando o teor da escrita de Nabuco. Neste ensaio, Machado se opõe ao apego alencariano pelo nativismo, diferencia a independência literária da independência política e afirma que “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo é certo sentimento íntimo que o torna homem do seu tempo e do seu país” (ASSIS, apud SANTIAGO, 2004, p. 17). Em oposição à busca de um vocabulário típico do país e da tematização de seus assuntos característicos, bem como a utilização do índio como símbolo nacional, Machado parece crer que a definição do que seja a cultura brasileira não está na exteriorização do interior nacional. A expressão artística do Brasil deve passar por um processo de acatamento dos valores que lhe são externos, mas não tão estranhos, em virtude da colonização. Esse processo de interiorização é que pode levar à consciência do que é verdadeiramente nacional (SANTIAGO, 2004). A leitura que o ensaísta faz desse ensaio machadiano não deixa de perceber a marca do discurso eurocêntrico:

Sua postura mais crítica vis-à-vis do nativismo se respalda em atitude eurocêntrica, semelhante à encontrada e já assinalada em Nabuco. De maneira peremptória, afirma ele que “a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano e nem dela recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos nossa personalidade literária”. O desprezo do autor pela contribuição cultural indígena não deixa ser também lamentável (SANTIAGO, 2004, p. 18).

Com o surgimento da vanguarda modernista na década de 1920, o paradigma da identidade da literatura brasileira é alterado. Mencionando a publicação das correspondências de Mário de Andrade, em que este fazia clara oposição à percepção de Nabuco sobre a cultura brasileira, Santiago mostra que as ideias da Semana de Arte Moderna tinham inicialmente um matiz cosmopolita, que deveria efetuar a apreensão dos valores estéticos estrangeiros, de acordo com a política da antropofagia cultural de Oswald de Andrade, mas não sem antes rever o passado histórico a partir da traição da memória, como proposta por Mário, mediante a paródia, por exemplo. A leitura de sua vasta correspondência mostra o poeta

“[...] entregue à tarefa didática não só de contrapor ao pensamento eu-rocêntrico das nossas elites o abominado passado nacional, como também de reabilitar este pelo viés da multiplicidade das culturas populares [...]” (SANTIAGO, 2004, p. 23). A conversa direta com seus companheiros escritores foi o meio que o poeta encontrou para disseminar os ideais modernistas, tentando evitar o avanço da “moléstia de Nabuco”, segundo ele mesmo disse. Santiago descreve essa mudança de paradigma mostrando que o objetivo das vanguardas era promover o desrecalque na oposição cosmopolitismo/localismo, em que o primeiro termo é hierarquicamente superior ao segundo. Ao promover a inversão, abre-se espaço para as manifestações populares, o que poderia resultar em tornar a arte brasileira cosmopolita, sem com isso abdicar de sua individualidade artística:

Na década de 1920, os modernistas afirmam que a superioridade da Europa, quando reconhecida e mimetizada pelo intelectual brasileiro, levava-o a encarar a coisa brasileira por dois polos opostos, também complementares: por um lado, a corrente nativista *idealizava* o autóctone como puro e indomável [...] e, por outro lado, a corrente cosmopolita *recalcava* o que era produto do processo sócio-histórico de aclimação da Europa nos trópicos (o mulato e a arte barroca de Aleijadinho, por exemplo). A vacina contra a moléstia de Nabuco só seria encontrada num manifesto de vanguarda europeia, se o seu leitor brasileiro tivesse antes passado pela fase de enfrentamento do passado nacional: “Nós já temos” – escreve Mário – “um passado guassu e bonitão pesando em nossos gestos; o que carece é conquistar a consciência desse peso, sistematizá-lo e tradicionalizá-lo, isto é, referi-lo ao presente”. Referir o passado nacional ao presente significa, em primeiro lugar, entrar em terreno minado: enfrentar o eurocentrismo machadiano na sua forma veladamente racista, defendido nos anos 1920 com unhas e dentes por Graça Aranha. Significa, em seguida, voltar à lição da vanguarda europeia, buscando agora não mais a modernidade técnica dos futuristas, mas um ponto de apoio que estaria nos movimentos artísticos que, na própria Europa, propunham o questionamento dos padrões de arte eurocêntricos. Apoiados neles, a indagação sobre o passado nacional significaria aqui o “desrecalque localista”, tarefa efetivamente realizada pela vanguarda nos trópicos (SANTIAGO, 2004, p. 25).

Essa percepção da estratégia modernista evidencia a continuidade do projeto de Santiago iniciado no ensaio de 1978. A sua releitura do processo de colonização da América Latina, objetivando situar o lugar do discurso literário tido por periférico no contexto ocidental está em consonância às concepções modernistas da década de 20. O desrecalque localista de que fala a citação libera o peso do passado histórico e possibilita marcar o entre-lugar da literatura brasileira, assinalando sua diferença. Se, no entanto, o paradigma da geração de 20 buscou estabelecer a diferença da produção cultural brasileira a partir de critérios culturais, a estética da geração de 30 buscou a universalidade da literatura através de cri-

térios político-econômicos. Para essa época, pesa a hierarquia desenvolvido/subdesenvolvido, cujo objetivo é valorizar a produção que retrata a periferia, como as obras regionalistas, por exemplo. Santiago classifica essa estética, de roupagem marxista, como teleológica, retomando o conceito de Derrida, pois “[...] reprime a imaginação do escritor e, ao mesmo tempo, aguça e redireciona o seu olhar para o espetáculo miserável da realidade brasileira.” (SANTIAGO, 2004, p. 30). Por essa perspectiva, o paradigma da geração de 30 é, de certo modo, uma reciclagem do lamento romântico pelo autóctone, ao querer reescrever outro passado nacional, e, em vez de operar o desrecalque na oposição hierárquica, o reforça, mesmo denunciando as mazelas nacionais, mostrando um Brasil consequência da colonização europeia, reafirmando, portanto, o centramento.

Depois de considerar outros textos literários e propostas teóricas para o entendimento da formação da identidade cultural do Brasil, como a de Caio Prado Júnior, na década de 40 ou o texto de Roberto Schwarz, “As Ideias Fora do Lugar”, de 1970, que discute e desconstrói a noção da originalidade brasileira, Santiago faz uma síntese dos projetos das gerações de 20 e 30, afirmando que eles influenciaram a produção da teoria da literatura. É dito que ambos adotam uma perspectiva universalista, instituindo uma polarização cultura x economia. Se para os modernistas de 20 importava o pluralismo para entender a realidade nacional, contribuindo para isso as manifestações culturais de diversos níveis, para os da geração de 30 cabia entender o Brasil a partir do viés exclusivamente econômico, que orienta as relações interculturais. A teoria da literatura, enquanto saber geral e institucionalizado sobre as obras literárias, absorve essas duas perspectivas modernistas:

Ao contrário do que se poderia supor uma cabeça com vocação autoritária, cada modelo a seu modo suplementa e reconforta o outro, dramatizando para as novas gerações as conquistas e os impasses de culturas que, por serem dependentes, não deixam de almejar valores universais (SANTIAGO, 2004, p. 37).

O reconhecimento do cenário relativista em que se encontram os estudos literários já havia sido feito por Santiago no seu livro de 78. Em *Atração do Mundo*, ele nos mostra como esses dois modelos vêm sendo questionados atualmente pelas novas gerações, marcadas pelas reivindicações multiculturais. Diz que o modelo econômico foi o mais questionado, talvez porque tenha perdido a força de apoio partidária de base marxista. Já o modelo de 20, sofreu mudanças em virtude da ditadura militar. Sobre esse aspecto, ele parece falar de si mesmo, ao dizer que “[...] o intelectual brasileiro que trabalha com a desconstrução do etnocentris-

mo perde o otimismo nacionalista dos primeiros modernistas, reveste-o de cores cépticas [...]” (SANTIAGO, 2004, p.38), diante da violência praticada pelo Estado. Mesmo a perspectiva multicultural, no diz, parece dividir opiniões: a questão da hegemonia dos valores norte-americanos em território nacional é um exemplo. Ainda assim, seus principais objetivos giram em torno da afirmação dos direitos das minorias, e isso também se reflete na produção da teoria da literatura, bem como na produção de textos ficcionais – a temática da valorização da emancipação feminina, para citar um exemplo. No jogo do multiculturalismo orientado pela globalização marcada por constantes avanços tecnológicos, que fragmenta as políticas de identidade, a literatura busca afirmar o seu lugar como discurso expressivo da cultura nacional. Assim, é possível atestar a atualidade do ensaio de 78, quando Santiago afirma que o lugar da literatura brasileira é na verdade um entre-lugar, situado no jogo da assimilação e da expressão, para promover a transgressão aos esquemas de valores cristalizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. *Tópicos de teoria para a investigação do discurso literário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. *Gramatologia*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2001.

_____. (Org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SANTIAGO, Silviano. Atração do mundo. In: _____. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. (Superv.) *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. O entre-lugar do discurso latino americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.